

FINANÇAS

**Classe C
afunda aos
milhões e cai
na miséria**

Página A2

Fenômeno dos anos Lula, classe C afunda aos milhões e cai na miséria

Maior novidade da paisagem econômica brasileira no início deste século, a chamada classe C está sendo empurrada rapidamente de volta às classes D e E.

Ou, o que é pior, indo direto para a miséria pelas consequências da Covid-19 e da desorganização das políticas de mitigação da pandemia do governo Jair Bolsonaro (sem partido).

Pesquisas de diferentes órgãos revelam não só que dezenas de milhões de brasileiros retrocedem a situações mais precárias desde o ano passado, mas que suas vidas podem continuar piorando em 2021.

Enquanto classes mais favorecidas começam a estabilizar a renda ou a obter ganhos, as classes D e E —cada vez mais numerosas— devem amargar nova queda de quase 15% em seus rendimentos neste ano.

Isso não só aumentará a desigualdade social brasileira mas retardará a recuperação econômica.

Mais pobre, a gigantesca população de baixa renda consumirá menos, exigindo menos investimentos e contratações de novos empregados pelo setor produtivo.

Com a paralisação de muitas atividades em 2020 e a interrupção do auxílio emergencial em dezembro —só retomado em abril, com valores bem menores—, milhões de brasileiros estão despencando diretamente da classe C para a miséria.

Em 2019, antes da pandemia, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas na extrema pobreza, ou 11% da população,

vivendo com menos de R\$ 246 ao mês. Agora, são 35 milhões, ou 16% do total, segundo a FGV Social com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua e Covid-19.

Entre esses novos participantes da pobreza extrema, muitos não se encaixam no clássico perfil do miserável brasileiro —oriundo de famílias muito pobres, desestruturadas e de baixíssima escolaridade.

A família de Noemi de Almeida, que estudou até o primeiro colegial, é uma das que fizeram um percurso rápido, e sem escalas, da classe C direto para a miséria.

Com renda domiciliar de quase R\$ 4.000 antes da pandemia, ela, o marido e duas filhas

agora vivem de doações para comer e moram em um terreno invadido no Jardim Julieta, na zona Norte de São Paulo.

Ali, com redes de água e luz irregulares, ao lado de centenas de casas improvisadas, temem, dia e noite, acabar despejados e sem ter para onde ir.

Antes da pandemia, Noemi vendia quentinhas a alunos de uma faculdade na Vila Maria enquanto o marido trabalhava como garçom.

Sem aulas e com o fechamento do comércio, ambos ficaram sem renda, não tiveram mais como pagar o aluguel e agora ocupam, com outras 2.000 pessoas, a área invadida em meados de 2020.

Com os filhos longe da an-

tiga escola, o casal tenta obter alguma renda vendendo água e refrigerantes. “Tem dias que ganho R\$ 30. Outros, que não entra nada”, diz Noemi.

A poucos metros dela, Ingrid Frazão, que concluiu o ensino médio e que conseguia com o marido, até a pandemia, cerca de R\$ 3.000 mensais, agora vive na mesma ocupação e depende, para se alimentar, de doações e de um sopão distribuído nas redondezas.

Antes o casal se sustentava com empregos formais (ela, faxineira; ele, instalador de alarmes) e conseguia bancar aluguel de R\$ 700 mensais na região do Parque Edu Chaves, também na zona Norte paulistana. Hoje, não têm a menor perspectiva de

sair de onde estão.

No começo, a ocupação iniciada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) no Jardim Julieta tinha sido organizada para manter terrenos de 4,5 metros de frente por 9 metros de profundidade.

Mas a demanda da população foi tanta que eles foram encolhidos para 4,5 metros por 4,5 metros para acomodar mais gente. Segundo Valdirene Ferreira, uma das organizadoras do local, pessoas não param de chegar e há filas para tentar acomodá-las.

De acordo com a FGV Social, quase 32 milhões de pessoas deixaram a classe C desde agosto do ano passado, o ápice do pagamento do auxílio emergen-

cial pelo governo Bolsonaro, em direção a uma vida pior.

A classe E, com renda domiciliar de até R\$ 1.205, segundo os critérios da FGV Social, foi a que mais inchou: cresceu em 24,4 milhões de pessoas. Já a classe D (renda entre R\$ 1.205 e R\$ 1.926) aumentou em 8,9 milhões.

Embora o Brasil não possua uma classificação oficial para delimitar classes sociais, algumas dessas tentativas, como da FGV Social e da consultoria Tendências (ver quadro), enquadram as famílias de Noemi de Almeida e Ingrid Frazão — assim como outras encontradas pela Folha no Jardim Julieta e em ocupações no centro de São Paulo — como ex-participantes da classe C.

Pandemia e fim do auxílio jogam mais de 30 milhões nas classes D/E

Total de pessoas por faixa de renda domiciliar mensal, em milhões*



Classe E (renda até R\$ 1.205)

Classe D (R\$ 1.205 a R\$ 1.926)

Classe C (R\$ 1.926 a R\$ 8.303)

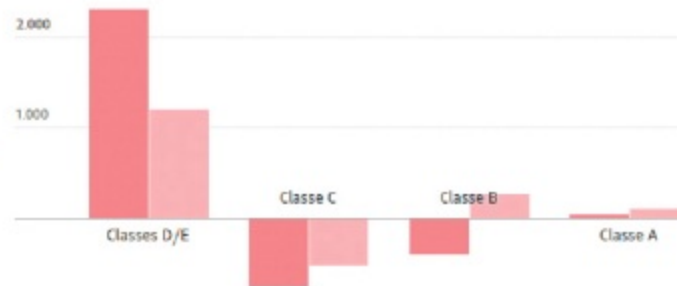
Classes A/B (acima de R\$ 8.303)

*mar.2021/ago.2020. Critérios da FGV Social para renda das classes Fonte: FGV Social

Classes D/E têm maior crescimento em 2020 e 2021*

Total de domicílios por faixa de renda mensal**

2020 2021



Classes D/E (renda até R\$ 2.600)

Classe C (R\$ 2.600 a R\$ 6.400)

Classe B (R\$ 6.400 a R\$ 19,9 mil)

Classe A (acima de R\$ 19,9 mil)

*Previsão **Critérios da Tendências para renda das classes Fonte: Tendências